SIMULADO ILIMITADA

Qconcursos

AQUI, QUERER É PODER

SIMULADO 2 - MAIO

PORTUGUÊS

Apostas online: liberdade em jogo ou controle estatal desmedido?

O debate sobre o mercado de apostas online no Brasil está ganhando força. Recentemente, o ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, marcou uma audiência pública para o dia 11 de novembro com o objetivo de discutir os impactos desse setor. As discussões ocorrem em meio à preocupação com o uso do Bolsa Família para apostas eletrônicas, levando o governo a considerar medidas de regulação mais severas para as chamadas “bets”, que são empresas de apostas tanto nacionais quanto internacionais. Porém, a intenção de aumentar o controle sobre esse mercado levanta uma questão fundamental: o governo está tentando regular mais do que deveria?

Não é de hoje que o Estado brasileiro apresenta um apetite voraz por controle. Desde a economia até o comportamento individual, parece haver um desejo incontrolável por intervenções. No caso das apostas online, o governo, ao invés de tratar a questão com moderação, caminha para uma abordagem exagerada, justificando suas ações com a necessidade de proteger a saúde mental da população e os cofres públicos. Entretanto, será que a solução está em mais regulação?

A verdadeira questão é: estamos dispostos a sacrificar nossa liberdade em nome de uma proteção estatal que, na maioria das vezes, acaba por cercear nossos direitos?

A realidade é que o excesso de regulação costuma sufocar mercados que poderiam ser benéficos para a economia. As apostas online, ou qualquer outra atividade econômica, movimentam a economia e geram empregos e renda. Além disso, há uma dimensão que precisa ser considerada: a responsabilidade individual. O Estado, ao tentar proteger a sociedade de todos os riscos, acaba por subestimar a capacidade do indivíduo de tomar suas próprias decisões. A aposta, assim como outras atividades recreativas, não justifica uma intervenção severa. O caminho mais saudável é a educação e o incentivo à conscientização, em vez de um controle estatal exagerado.

As apostas online representam uma oportunidade econômica robusta, capaz de gerar bilhões de reais sem a necessidade de um controle estatal excessivo. Estudos realizados por institutos de pesquisa e consultorias financeiras, como a PwC e a KPMG, frequentemente exploram o potencial econômico desse setor, estimam que o setor poderia movimentar cerca de R$ 10 bilhões anualmente. Essa receita poderia ser utilizada diretamente pelos cidadãos, promovendo uma economia mais dinâmica, em vez de ser drenada por uma burocracia estatal. Ao invés de tentar controlar o que os indivíduos fazem com seu dinheiro, o governo deveria reconhecer que a liberdade de escolha é fundamental para a prosperidade econômica. Quando as pessoas têm autonomia para decidir, elas naturalmente buscam opções que atendam às suas necessidades e interesses.

Além disso, exemplos de países que adotaram uma abordagem mais libertária mostram que o setor de apostas pode prosperar sem intervenção governamental. O Reino Unido, por exemplo, viu a criação de mais de 100 mil empregos e uma arrecadação de mais de 3 bilhões de euros em impostos, tudo isso enquanto a liberdade de escolha foi mantida. Assim como em outras áreas da vida, as pessoas devem ter a liberdade de decidir como e onde gastam seu dinheiro, sem a interferência do governo. A verdadeira questão é que, ao permitir que os indivíduos tomem suas próprias decisões, promovemos um ambiente onde a responsabilidade pessoal é a norma, e não uma exceção. A liberdade de apostar não deve ser vista como uma ameaça, mas como um direito que deve ser respeitado e defendido.

Por fim, é necessário considerar que a economia de mercado é movida pela liberdade de

escolha. Ao tentar controlar e regular tudo, o governo restringe as opções do cidadão, que acaba vivendo em um ambiente cada vez mais dependente das decisões do Estado. Isso, no longo prazo, mina a liberdade individual e nos aproxima de um cenário em que o governo decide até que ponto podemos ou não nos entreter.

Portanto, a regulação das apostas online não é necessária e pode ser prejudicial. O foco deve estar na reflexão sobre até que ponto o Estado deve intervir em nossas escolhas pessoais, especialmente quando se trata de atividades legítimas e privadas. A verdadeira questão é: estamos dispostos a sacrificar nossa liberdade em nome de uma proteção estatal que, na maioria das vezes, acaba por cercear nossos direitos? A solução não está no controle excessivo, mas na defesa da liberdade individual e no incentivo à autonomia e à responsabilidade das pessoas.

Por Gabriela Moraes, diretora da Private Construtora e associada do Instituto Líderes do Amanhã.

https://jcorreiodasemana.com.br/2024/10/23/opiniao-apostas-online-liberdade-em-jogo-ou-controle-estatal-desmedido/?utm_source=chatgpt.com

1. O principal objetivo do texto é:

A) apresentar dados estatísticos sobre o mercado de apostas online no Brasil.

B) relatar a audiência pública marcada pelo STF sobre apostas.

C) defender a liberdade individual frente à regulação estatal das apostas.

D) criticar o Bolsa Família por seu suposto uso indevido em apostas.

E) explicar o funcionamento técnico das plataformas de apostas eletrônicas.

2. Assinale a alternativa em que o autor do texto não revela sua opinião.

A) “Não é de hoje que o Estado brasileiro apresenta um apetite voraz por controle.”

B) “Desde a economia até o comportamento individual, parece haver um desejo incontrolável por intervenções.”

C) “A realidade é que o excesso de regulação costuma sufocar mercados que poderiam ser benéficos para a economia.”

D) “A aposta, assim como outras atividades recreativas, não justifica uma intervenção severa.”

E) “Recentemente, o ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, marcou uma audiência pública para o dia 11 de novembro com o objetivo de discutir os impactos desse setor.”

3. Em relação à coesão textual, o uso da expressão “Porém” no início do segundo parágrafo tem a função de:

A) indicar conclusão

B) reforçar o que foi dito anteriormente

C) introduzir uma exemplificação

D) opor-se ao que foi dito antes

E) retomar um tema já citado

4. Transpondo-se para a voz passiva a frase “*A realidade é que o excesso de regulação costuma sufocar mercados que poderiam ser benéficos para a economia.”*, a forma verbal resultante deverá seR

A) costuma ser sufocada.

B) ser sufocado.

C) costumam ser sufocadas.

D) sufocarão.

E) costumam ser sufocados.

5. vocábulo do texto formado por derivação deverbal é:

A) debate

B) Recentemente

C) discutir

D) medidas

E) mercado

6. Assinale a alternativa em que o emprego do acento indicativo de crase está correto:

A) O governo pretende impor regras severas à todas as empresas de apostas.

B) A proposta de regulamentação excessiva pode levar à restrição da liberdade individual.

C) Estudos indicam que o setor movimenta bilhões graças à políticas estatais.

D) O cidadão tem o direito de decidir como aplicar seu dinheiro, sem recorrer à interferências externas.

E) A audiência pública está marcada para o dia 11 de novembro e voltada à discutir os impactos do setor.

7. A alternativa que apresenta uma oração absoluta é a seguinte:

A) O debate sobre o mercado de apostas online no Brasil está ganhando força.

B) Recentemente, o ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, marcou uma audiência pública para o dia 11 de novembro com o objetivo de discutir os impactos desse setor.

C) As discussões ocorrem em meio à preocupação com o uso do Bolsa Família para apostas eletrônicas, levando o governo a considerar medidas de regulação mais severas para as chamadas “bets”, que são empresas de apostas tanto nacionais quanto internacionais.

D) Porém, a intenção de aumentar o controle sobre esse mercado levanta uma questão fundamental: o governo está tentando regular mais do que deveria?

E) Não é de hoje que o Estado brasileiro apresenta um apetite voraz por controle.

8. No trecho “*Essa receita **poderia** ser utilizada diretamente pelos cidadãos, promovendo uma economia mais dinâmica, em vez de ser drenada por uma burocracia estatal*.”, o verbo destacado expressa:

A) hipótese

B) certeza

C) refutação

D) dúvida

E) recomendação

9. Marque a alternativa em que o tipo de predicado é diferente dos demais:

A) “A aposta, assim como outras atividades recreativas, não justifica uma intervenção severa...”

B) “O caminho mais saudável é a educação e o incentivo à conscientização...”

C) “As apostas online representam uma oportunidade econômica robusta...”

D) “Essa receita poderia ser utilizada diretamente pelos cidadãos...”

E) “Quando as pessoas têm autonomia...”

10. Marque a alternativa que apresenta erro de pontuação.

A) A interferência estatal excessiva, muitas vezes desestimula a iniciativa privada.

B) O mercado, segundo especialistas, pode movimentar bilhões sem a interferência do Estado.

C) A sociedade precisa de educação, responsabilidade e autonomia.

D) Apesar das críticas, o governo insiste em ampliar o controle sobre as apostas online.

E) “As pessoas devem decidir por si mesmas” — afirmou o economista ao fim da audiência.

MATEMÁTICA

11. Sobre o conjunto dos números naturais, é correto afirmar o que está na alternativa:

A) São apenas os números positivos.
B) Incluem números positivos, negativos e o zero.
C) Compreendem os números inteiros e fracionários.
D) Correspondem apenas aos números negativos.
E) São os números positivos e zero.

12. Em um triângulo retângulo com catetos medindo 10 e 24, qual a altura relativa à hipotenusa:

A) 13
B) 120/13
C) 240/13
D) 26
E) 120/26

13. Dois atletas correm em uma pista de atletismo e partem juntos da largada. O primeiro realiza uma volta em 72 segundos, e o segundo em 84 segundos. Depois de quanto tempo os dois atletas partirão juntos novamente da largada?

A) 7,2 minutos
B) 6,6 minutos
C) 7,0 minutos
D) 8,4 minutos
E) 7,8 minutos

14. Marilene e Marilei foram a uma pizzaria. No cardápio o preço de uma pizza pequena é R$ 22,00, e o preço da pizza média é o triplo da metade do preço da pizza pequena.
Elas pediram uma pizza média e uma pizza pequena, e ao pedir a conta para realizar o pagamento, a pizzaria cobrou 10% a mais pela taxa de serviço. Qual foi o valor que cada uma pagou, se elas dividiram a conta igualmente?

A) R$ 33,00
B) R$ 27,50
C) R$ 30,25
D) R$ 60,50
E) R$ 55,00

15. Luiz e Tarzilia são casados, tem 4 filhas, e foram ao médico para consulta de rotina das crianças. Na triagem foi feita a pesagem das meninas, e os valores dos pesos de cada uma é:
Ana - 36 kg
Maria - 32 kg
Helena - 30 kg
Luiza - 60 kg
Qual a média dos pesos das filhas de Luiz e Tarzilia, em kg?

A) 39
B) 39,5
C) 40
D) 38,5
E) 38

16. Segundo Lorentz, a relação adequada entre a altura H, em centímetros, e o peso P, em quilogramas, de um homem, é dada pela função:
$P = H – 100 – [(H – 150)/4]$.
Sendo assim, qual peso adequado para um homem com 174 centímetros de altura?

A) 74
B) 76
C) 70
D) 72
E) 68

17. Escolhendo-se ao acaso um dos anagramas da palavra SIMULADO, a probabilidade de que esse anagrama comece com uma consoante e termine com uma vogal é:

A) 2/14
B) 1/7
C) 2/7
D) 1/14
E) 4/7

18. Considerando A um conjunto, n(A) representa o número de elementos de A.
Sendo P e Q dois conjuntos quaisquer, considere verdadeiras as seguintes informações:
• $n(P \cup Q) = 126$
• $n(P) = 2 \cdot n(P \cap Q)$

• $n(Q - P) = 4 \cdot n(P \cap Q)$
Dessas informações podemos concluir que o conjunto P tem quantos elementos?

A) 42
B) 21
C) 84
D) 126
E) 105

19. O aniversário de Luiza está próximo e a idade que ela fará é uma das raízes da equação:
$2x^2 - 26x + 7 = 35$
Sendo assim, qual a idade que Luiza fará?

A) 15 anos.
B) 11 anos.
C) 13 anos.
D) 14 anos.
E) 2 anos.

20. Em uma fábrica, 14 trabalhadores produzem 210 peças em 5 horas. Se o número de trabalhadores for aumentado para 18, e o tempo disponível para a produção for de 3 horas, quantas peças serão produzidas?

A) 162 peças.
B) 270 peças.
C) 180 peças.
D) 216 peças.
E) 54 peças.

INFORMÁTICA

21. Sobre o funcionamento e características das CPUs (Unidades Centrais de Processamento), assinale a alternativa correta.

A) O clock da CPU determina exclusivamente a quantidade de memória RAM que o processador pode acessar.
B) O cache da CPU é um tipo de memória interna que reduz o tempo de acesso aos dados frequentemente utilizados.
C) A CPU é responsável apenas pelo gerenciamento da placa-mãe e não participa da execução de programas.
D) Processadores com múltiplos núcleos são menos eficientes, pois os núcleos dividem o mesmo conjunto de instruções.
E) A arquitetura RISC é conhecida por utilizar instruções mais complexas e lentas do que a arquitetura CISC.

22. Com relação ao sistema operacional Windows 11, assinale a alternativa correta.

A) O Windows 11 não possui mais suporte para múltiplos desktops virtuais.
B) É possível instalar o Windows 11 em qualquer computador com processador de 32 bits e 2 GB de RAM.
C) O recurso Snap Layouts permite organizar janelas automaticamente na tela, aumentando a produtividade.
D) O Windows 11 removeu totalmente o uso de contas Microsoft, exigindo uso offline.
E) O menu Iniciar do Windows 11 é idêntico ao do Windows 10, sem mudanças visuais.

23. Sobre o sistema operacional Linux e suas características, assinale a alternativa correta.

A) O Linux é um sistema fechado, mantido apenas por uma única empresa com código-fonte proprietário.
B) O terminal Linux é opcional e não permite executar comandos administrativos ou de sistema.
C) A estrutura de diretórios no Linux é baseada em uma raiz única representada pelo caractere "/".
D) As distribuições Linux não permitem personalizações no ambiente gráfico nem em permissões de usuário.
E) O Linux não possui suporte para redes de computadores, sendo usado apenas em dispositivos isolados.

24. Considere as afirmações sobre redes de computadores e assinale a correta.

A) O modelo OSI possui 4 camadas e define como os navegadores devem se conectar à internet.
B) O endereço MAC é atribuído dinamicamente por

servidores DNS para garantir a conexão à rede.
C) O protocolo IP é utilizado exclusivamente para enviar e-mails entre dispositivos.
D) Um roteador é um dispositivo que conecta redes diferentes e encaminha pacotes entre elas.
E) O protocolo TCP não garante a entrega correta dos dados, apenas sua velocidade.

25. A computação em nuvem (Cloud Computing) trouxe uma nova abordagem para o uso de recursos computacionais. Assinale a alternativa correta sobre esse modelo.

A) A computação em nuvem elimina completamente a necessidade de servidores físicos em qualquer situação.
B) IaaS refere-se ao fornecimento de software completo, incluindo aplicativos e interfaces para o usuário final.
C) O modelo SaaS oferece ao usuário acesso a aplicações prontas para uso, sem necessidade de instalação local.
D) Cloud Computing é limitada apenas ao armazenamento de arquivos em serviços como Google Drive ou Dropbox.
E) Plataformas PaaS são exclusivas para usuários finais, sem oferecer benefícios a desenvolvedores ou empresas.

26. No contexto da Segurança da Informação, analise as afirmativas e assinale a alternativa correta.

A) A integridade garante que os dados estejam disponíveis sempre que necessário para os usuários autorizados.
B) A confidencialidade diz respeito à capacidade do sistema de se recuperar após uma falha ou ataque.
C) A disponibilidade é o princípio relacionado ao sigilo das informações sensíveis.
D) A autenticação é um processo de verificação da identidade de um usuário que tenta acessar o sistema.
E) O backup é um recurso utilizado apenas para auditoria de logs e não protege dados do sistema.

27. Os firewalls são ferramentas fundamentais para a segurança em redes de computadores. Sobre esse tema, assinale a alternativa correta.

A) Um firewall pessoal é instalado em switches e roteadores para filtrar tráfego exclusivamente em redes corporativas.
B) Firewalls baseados em pacotes analisam o conteúdo das mensagens em busca de vírus e spam.
C) Firewalls não funcionam em conjunto com antivírus e devem ser utilizados isoladamente para maior eficiência.
D) Firewalls de próxima geração (NGFW) combinam inspeção de pacotes com funcionalidades como controle de aplicações e IDS.
E) A função principal do firewall é proteger fisicamente os servidores, evitando superaquecimento e quedas de energia.

DIREITO CONSTITUCIONAL

28. No tocante à Organização do Estado, é correto afirmar que:

A) A faixa de até cem quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei.
B) É assegurada, nos termos da lei, à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração.
C) O número de Deputados à Assembleia Legislativa corresponderá ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de trinta e seis,

será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de dez.
D) O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por 3/5 dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará.
E) Os Territórios não poderão ser divididos em Municípios.

29. As leis delegadas serão elaboradas pelo Presidente da República, devendo ele solicitar a delegação ao Congresso Nacional. Acerca do tema, assinale a alternativa correta:

A) Não serão objeto de delegação os atos de competência exclusiva do Congresso Nacional, os de competência privativa da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, e nem matéria reservada à lei complementar.
B) A delegação ao Presidente da República terá a forma de decreto do Congresso Nacional, que especificará seu conteúdo e os termos de seu exercício.
C) A legislação sobre organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros pode ser objeto de delegação.
D) A legislação sobre planos plurianuais não pode ser objeto de delegação, mas a sobre orçamentos pode.
E) Havendo necessidade de apreciação do projeto de lei delegada pelo Congresso Nacional, este a fará em dois turnos de votação, vedada qualquer emenda.

30. Caio foi recentemente aprovado no concurso para Juiz do Trabalho. Em sua primeira semana no cargo, algumas ações foram analisadas por ele. A respeito da competência da Justiça do Trabalho, a Constituição Federal determina que:

A) A Justiça do Trabalho é competente para julgar as ações de indenização por dano moral ou patrimonial decorrentes da relação de trabalho, mas não as ações oriundas da relação de trabalho envolvendo entes de direito público externo.
B) As ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho são julgadas pela Justiça do Trabalho.
C) A Justiça do Trabalho não detém competência para julgar mandados de segurança nem *habeas corpus*, ainda que o ato questionado envolva matéria sujeita à sua jurisdição.
D) Os conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista são julgados pelo Superior Tribunal de Justiça.
E) A Justiça do Trabalho é competente para julgamento dos crimes contra a organização do trabalho.

31. A partir das disposições constitucionais referentes ao Sistema Tributário Nacional, julgue os itens abaixo e assinale a alternativa correta:

I- As alterações na legislação tributária buscarão atenuar efeitos regressivos.
II- O Sistema Tributário Nacional deve observar os princípios da simplicidade, da transparência, da justiça tributária, da cooperação e da defesa do meio ambiente.
III- É vedado aos entes federados cobrar tributos antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, bem como no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
IV- O ITR será progressivo e terá suas alíquotas fixadas de forma a desestimular a manutenção de propriedades improdutivas.
V- Lei complementar instituirá imposto sobre bens e serviços de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios.

A) Todos os itens estão corretos.
B) Apenas os itens II e III estão corretos.
C) Estão errados os itens I, II e V.
D) Todos os itens estão errados.
E) Estão corretos apenas os itens I, II e IV.

32. Assinale a alternativa incorreta de acordo com a atual jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

A) É inconstitucional — por violar os princípios da eficiência e da isonomia — dispositivo de norma federal que limita o porte de armas a 50% dos servidores do Poder Judiciário ou do Ministério Público que exercem função de segurança.
B) É constitucional — e não usurpa a prerrogativa de iniciativa legislativa do chefe do Poder Executivo em matéria de organização e funcionamento da Administração Pública local (art. 61, § 1º, II, "a" e "e", CF/88), a competência legislativa privativa da União ou a autonomia do Ministério Público (arts. 127, § 2º; e 128, § 5º, CF/88) — lei municipal de origem parlamentar que estabelece políticas públicas voltadas ao combate à alienação parental na respectiva localidade.
C) É constitucional, pois não configura emenda aditiva e, portanto, não afronta o princípio do bicameralismo no processo legislativo, a inclusão — pela Casa revisora, sem retorno do texto à Casa iniciadora para nova votação — de palavras e expressões em projeto de lei que apenas corrija imprecisões técnicas ou torne o sentido do texto mais claro.
D) É constitucional a inclusão de instituto socioeducativo estadual no rol de órgãos responsáveis pela segurança pública da respectiva unidade federativa.
E) Não viola o direito à liberdade de imprensa (CF/1988, art. 220) a condenação de veículo de comunicação ao pagamento de indenização por dano moral que decorra da publicação de entrevista em que veiculada informação falsa.

33. Maria é Juíza Federal e se deparou com uma demanda na qual se discutem diversos direitos fundamentais. Para proferir sua sentença, Maria partiu da premissa de que a Constituição Federal é uma espécie de lei, devendo ser interpretada a partir dos elementos tradicionais desenvolvidos por Savigny para a interpretação das normas legais. Assim, pode-se afirmar que Maria utilizou o seguinte método hermenêutico:

A) Método tópico-problemático.
B) Método normativo-estruturante.
C) Método concretista da constituição aberta.
D) Método hermenêutico-concretizador.
E) Método hermenêutico clássico.

34. Ao dispor sobre a Política Urbana, a Constituição Federal prevê alguns instrumentos que podem ser utilizados pelo Poder Público para forçar o proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado a cumprir com a função social do bem. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta:

A) O Poder Público municipal poderá instituir o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo independentemente do parcelamento ou edificação compulsórios.
B) A desapropriação do imóvel urbano que não cumpre com sua função social será feita mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até vinte anos.C) O parcelamento ou edificação compulsórios poderão ser exigidos pelo Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, nos termos da lei federal.
D) A desapropriação será feita com o pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros convencionais.
E) Não realizados o parcelamento ou edificação compulsórios, o Poder Público municipal poderá instituir o ITR progressivo no tempo.

DIREITO ADMINISTRATIVO

35. Acerca da organização da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

A) A descentralização por outorga ocorre quando o poder público distribui internamente competências entre diversos órgãos de sua estrutura.

B) A descentralização por outorga ocorrerá quando o poder público transfere unilateralmente, por contrato, a execução de serviços públicos.

C) A centralização mediante desconcentração consiste na execução de tarefas típicas da Administração através de seus órgãos públicos internos.

D) A descentralização por outorga ocorre quando o Estado transfere à uma entidade a titularidade e a execução de serviços públicos por tempo determinado.

E) Os entes descentralizados estão hierarquicamente vinculados às entidades centrais que decidiram pela descentralização.

36. É correto afirmar de acordo com a Constituição Federal sobre o tema de agentes públicos. Assinale a alternativa INCORRETA.

A) Defensores públicos, assim como procuradores de Estado, membros da Advocacia-Geral da União, policiais militares, bombeiros militares e secretários municipais, são remunerados por subsídio.
B) As funções de confiança serão exercidas exclusivamente por servidores públicos ocupantes de cargo efetivo.
C) As funções de confiança destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
D) Os cargos em comissão, salvo quando ocupados por servidor concursado, são de livre nomeação e exoneração.
E) Toda pessoa física que prestar serviço ao Estado, ainda que temporariamente, é considerada agente público.

37. Augusto é chefe dos Auditores Fiscais da SEFAZ lotado em Goiânia. Certo dia, ao fiscalizar os relatórios dos Auditores, verificou que um deles havia alterado propositalmente um relatório, sem comunicação prévia. Para tanto, Augusto instaurou procedimento e o Auditor foi submetido a 30 dias de suspensão. O agente superior detém a prerrogativa para o exercício de tal competência em razão de qual poder?

A) Poder hierárquico.
B) Poder disciplinar.
C) Poder vinculado.
D) Poder de polícia.
E) Poder regulamentar.

38. Assinale a alternativa que apresenta uma hipótese de dispensa de licitação segundo a Lei nº 14.133/2021.

A) Contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação.
B) Contratação de profissionais para compor a comissão de avaliação de critérios de técnica, quando se tratar de profissional técnico de notória especialização.
C) Aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que somente possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos.
D) Objetos que devam ou passam a ser contratados por meio de credenciamentos.
E) Aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.

39. Considerando a temática de organização da Administração, assinale a alternativa INCORRETA:

A) As empresas públicas e as sociedades de economia mista estão sujeitas à fiscalização do Tribunal de Contas.
B) Na organização do Estado brasileiro, é possível afirmar que a Presidência da República não é considerada uma pessoa jurídica de direito público interno.
C) As agências reguladoras exercem atribuições submetidas ao poder hierárquico em face dos órgãos da administração direta.
D) As sociedades de economia mista poderão adotar como tipo societário o de sociedade

limitada, podendo ser constituídas somente como sociedades anônimas.
E) A Empresa Pública e a Sociedade de Economia Mista são entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado.

40. O ato administrativo dos Chefes de Executivo que confere a prerrogativa de explicar, de detalhar a lei para sua correta execução, ou de expedir decretos autônomos sobre matérias de sua competência ainda não disciplinadas por lei, denomina–se Poder Regulamentar. O decreto autônomo pode ser classificado como:

A) Ato normativo.
B) Ato ordinário.
C) Ato negocial.
D) Ato enunciativo.
E) Ato punitivo.

41. Quanto aos aspectos relacionados ao controle exercido pela Administração Pública, assinale a alternativa correta.

A) O silêncio administrativo, quando referente a atos discricionários, não se submete ao controle judicial.

B) Tanto o controle judicial quanto o controle legislativo da administração pública limitam–se ao controle da legalidade dos atos administrativos.

C) A ação popular é um instrumento de controle dos atos administrativos adotado somente para os casos de anulação de ato lesivo ao patrimônio público.

D) O mandado de segurança e o *habeas data* são remédios constitucionais utilizados para a realização do controle judicial da administração pública, controle esse que pode ocorrer somente de ofício.

E) Apenas a Constituição Federal de 1988 pode prever modalidades de controle externo.

ATUALIDADES

42. Ibama reforça prevenção a incêndios florestais com contratação de novos brigadistas. Pela primeira vez, parte dos brigadistas terá contratos de dois anos, garantindo a ampliação das ações preventivas no contexto do manejo integrado do fogo

Brasília/DF (09/05/2025) – Em resposta ao aumento de incêndios florestais em 2024, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) anunciou novas medidas para 2025. A principal ação é a ampliação das contratações de brigadistas e a renovação tecnológica para reforçar a atuação do Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo).

Segundo o presidente do Ibama diz que quase todos os incêndios são criminosos. O aumento de pena desencoraja o crime, mas, por si só, não evita que infratores toquem fogo na vegetação. O governo precisa se empenhar para impedir que o incêndio comece. Isso se faz com mapeamento, tecnologia, melhoria da fiscalização e articulação com governos estaduais. Aplicar a pena a quem degrada o meio ambiente é essencial, mas é bom lembrar que, quando isso acontece, o fogo já consumiu a mata. Endurecer pena de crimes ambientais é necessário.

https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/noticias/2025/ibama-reforca-prevencao-a-incendios-florestais-com-contratacao-de-novos-brigadistas#:~:text=Ibama%20refor%C3%A7a%20preven%C3%A7%C3%A3o%20a%20inc%C3%AAndios%20florestais%20com%20contrata%C3%A7%C3%A3o%20de%20novos%20brigadistas,-Pela%20primeira%20vez&text=Bras%C3%ADlia%2FDF%20(09%2F05,anunciou%20novas%20medidas%20para%202025.
Adaptado

A partir da argumentação apresentada, constata-se que o autor considera a pena para os incêndios criminosos

A) adequada para proteger o clima.
B) eficaz para combater as queimadas.

C) irrelevante diante do problema da estiagem.
D) insuficiente para evitar o crime ambiental.
E) satisfatória na luta contra a ebulição global.

43. TERREMOTO DE MAGNITUDE 6,2 CHACOALHA PRÉDIOS EM ISTAMBUL

O governo da Turquia afirmou que mais de 150 pessoas ficaram feridas após "se jogarem de lugares altos por causa do pânico" durante o terremoto.

Um terremoto de magnitude 6,2 chacoalhou prédios em Istambul, na Turquia, nesta quarta-feira (23), segundo a Gestão de Desastres e Emergências da Turquia (AFAD).

Pessoas deixaram prédios na cidade turca quando o tremor ocorreu, segundo a agência de notícias Reuters.

O governo da Turquia afirmou que 151 pessoas ficaram feridas após "se jogarem de lugares altos por causa do pânico" durante o terremoto. Nenhum deles corre risco de vida, segundo a pasta.

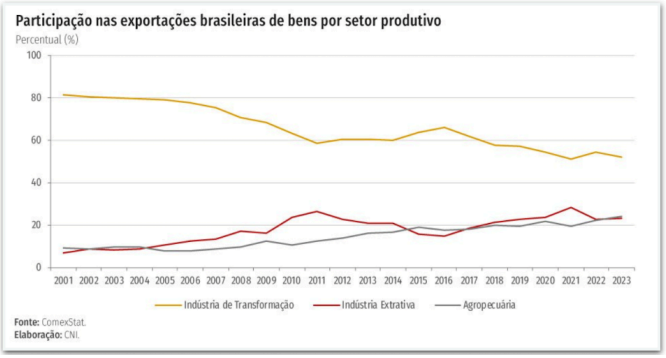
O Centro de Pesquisa Alemão para Ciências Geológicas (GFZ) informou que o terremoto teve uma magnitude de 6,02, e ocorreu a uma profundidade de 10 km abaixo do solo.

https://g1.globo.com/mundo/noticia/2025/04/23/terremoto-magnitude-6-turquia.ghtml

O impacto dos terremotos sobre a cidade de Istambul, na Turquia, em abril de 2025, tem relação com o(a)

A) posição distante de bordas de placas.
B) localização próxima ao epicentro.
C) distância em relação ao oceano.
D) efeito das explosões vulcânicas.
E) equilíbrio isostático da crosta.

44.



O gráfico evidencia a seguinte tendência da pauta exportadora brasileira ao longo período representado:

A) Déficit no saldo da balança comercial.
B) Estagnação da competitividade primária.
C) Predomínio do fornecimento de tecnologias de ponta.
D) Perda de importância do modelo agroexportador.
E) Crescimento da participação de commodities minerais e agrícolas.

45. A tão esperada fumaça branca que anuncia a eleição do novo papa foi expelida nesta quinta-feira (8) da chaminé da capela Sistina, no segundo dia de conclave. O cardeal _____ foi eleito pelos colegas e será conhecido a partir de agora como Leão XIV.

Ele foi escolhido por pelo menos 89 dos 133 cardeais – dois terços dos eleitores do conclave – e será o sucessor do papa Francisco na Cátedra de São Pedro.

https://g1.globo.com/mundo/noticia/2025/05/08/quem-e-o-novo-papa.ghtml

Qual o nome do atual papa norte-americano que substituirá o Papa Francisco?

A) Jean-Marc Aveline.
B) Pietro Parolin.
C) Joseph Tobin.
D) Robert Prevost.
E) William Gregory.

46. ÁFRICA DO SUL ASSUME LIDERANÇA DO G20 E PRESIDENTE ELOGIA LEGADO DO BRASIL

Após a Cúpula marcada por avanços históricos no Brasil, foco do próximo mandato, que começa neste domingo (1o), será em combate à fome, mudanças climáticas e inclusão digital, com ênfase na solidariedade internacional e no legado do G20 Social

Brasil passo o posto de presidente do G20 para a África do Sul – presidente Luiz Inácio Lula da Silva e presidente sul-africano Ciryl Ramaphosa

https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202412/africa-do-sul-assume-lideranca-do-g20-e-presidente-elogia-legado-do-brasil

No contexto de um mundo globalizado, o funcionamento do grupo citado reflete a necessidade de

A) potencializar as barreiras migratórias.
B) burocratizar a participação política.
C) reduzir a integração financeira.
D) ampliar a cooperação internacional.
E) fortalecer as tendências nacionalistas - extremista.

47. Qual deputada federal do PSOL protocolou uma PEC (Projeto de Emenda Constitucional) para acabar com a escala 6x1 de trabalho, discussão que se amplificou pelas redes sociais?

A) Erika Hilton.
B) Carla Zambelli.
C) Bai Kicis.
D) Duda Salabert.
E) Lídice da Mata.

48. Conhecido como “A Voz Marcante” do telejornalismo brasileiro, o apresentador e locutor faleceu em 19 de janeiro de 2025 com 92 anos de idade e deixando uma obra marcante em mais de 70 anos de carreira.

O texto faz menção a que jornalista esportivo brasileiro?

A) Estevão Martins.
B) Léo Batista.
C) Gleuber Vieira.
D) Piruinha.
E) Cacá Diegues.

DIREITO PENAL

49. Tícia foi morta por seu ex-companheiro, que não aceitava o término do relacionamento. A investigação concluiu que o homicídio foi praticado por motivo de gênero feminino e com emprego de meio cruel. Com base na legislação penal em vigor, assinale a alternativa correta.

A) O crime é qualificado como homicídio simples, agravado pela reincidência.
B) Trata-se de homicídio qualificado pelo motivo torpe, mas não se aplica o feminicídio, pois não havia relação atual.

C) O crime configura feminicídio, um crime autônomo, uma vez que foi motivado pela condição de sexo feminino.
D) Por não se tratar de violência doméstica atual, a qualificadora de feminicídio é afastada.
E) O homicídio é qualificado apenas pela crueldade, não sendo possível o cúmulo de qualificadoras.

50. Durante uma briga, João desferiu diversos golpes contra sua irmã, que vivia sob sua dependência econômica e emocional. Ela veio a óbito em decorrência das agressões. Considerando o crime de feminicídio, assinale a opção correta.

A) Não se aplica o feminicídio, pois a vítima não era cônjuge ou companheira.
B) O feminicídio exige a presença de motivação passional, o que não se verifica no caso.
C) O crime será considerado homicídio simples, com aumento de pena por se tratar de parente.
D) Configura feminicídio, pois a vítima foi morta por razões da condição de sexo feminino e havia contexto de violência doméstica e familiar.
E) O crime é doloso, mas não é qualificado, já que não houve premeditação.

51. Em 2024, Carlos enviou mensagens ameaçadoras à colega de trabalho, afirmando que ela pagaria por ter feito uma denúncia contra ele. Considerando a redação atual do art. 147 do Código Penal, após a alteração da Lei nº 14.811/2024, assinale a alternativa correta.

A) A pena de ameaça permanece inalterada, pois não houve alteração legislativa recente.
B) A nova lei aumentou a pena para ameaça se o crime for cometido contra mulher, por razões da condição do sexo feminino.
C) O crime de ameaça deixou de ser infração penal, tendo sido revogado pelo novo Código Penal.
D) A pena de ameaça foi extinta quando o agente atua sem dolo específico.
E) O crime de ameaça passou a depender de representação, mesmo em contexto de violência doméstica.

52. Em 2023, André cometeu crime cuja pena máxima era de quatro anos de reclusão. Em 2024, nova lei entrou em vigor, aumentando a pena para oito anos. André ainda não havia sido julgado quando a nova norma passou a valer. Nessa situação, assinale a alternativa correta.

A) A nova lei penal será aplicada a André somente se ainda não houver sentença.
B) A lei nova é mais gravosa, mas retroage por se tratar de crime doloso.
C) A nova lei aplica-se imediatamente a todos os casos, independentemente do tempo do fato.
D) A nova lei penal não retroage, por ser mais severa, salvo se expressamente previsto em lei.
E) A lei penal mais gravosa não retroage, devendo aplicar-se a norma vigente à época dos fatos.

53. De acordo com o Código Penal, comete o crime de concussão o agente público que:

A) Solicita ou recebe vantagem indevida em razão da função, ainda que fora dela ou antes de assumi-la.
B) Solicita, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, vantagem indevida, valendo-se da função pública.
C) Exige, para si ou para outrem, vantagem indevida, mesmo que sem o uso de coação ou ameaça.
D) Retém vantagem lícita devida a outrem, em razão do cargo, de forma dolosa.
E) Constrange outrem a fornecer vantagem em função de processo judicial em curso.

54. Conforme o art. 312 do Código Penal, o crime de peculato ocorre quando o agente público:

A) Se apropria de qualquer bem público ou privado em virtude de interesse pessoal.
B) Se apropria de valor ou bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo.
C) Subtrai bem móvel alheio com o uso de arma, atuando como agente público.
D) Solicita vantagem indevida, prometendo influenciar ato administrativo.

E) Desvia recurso orçamentário de uma secretaria pública para outra, sem dolo.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

55. Durante uma abordagem policial, Mévio foi preso em flagrante portando arma de fogo de uso permitido, sem registro. Foi lavrado o auto de prisão em flagrante e encaminhado ao juiz, que converteu a prisão em flagrante em preventiva, sem requerimento do Ministério Público ou representação da autoridade policial. A defesa impetrou habeas corpus.
Qual a assertiva correta sobre a legalidade da prisão preventiva no caso?

A) A conversão da prisão em flagrante é válida, pois o juiz pode decretar a preventiva de ofício sempre que identificar necessidade.
B) O juiz só poderia decretar a preventiva a requerimento do Ministério Público ou da autoridade policial.
C) A prisão é válida, pois o porte ilegal de arma é crime inafiançável, permitindo prisão preventiva de ofício.
D) A prisão é nula, pois o juiz não pode atuar sem provocação, salvo em audiência de custódia.
E) A prisão é válida apenas se houver requerimento posterior da defesa confirmando a necessidade da prisão.

56. Durante uma investigação de tráfico ilícito de entorpecentes, a polícia invadiu uma residência sem mandado judicial e autorização, alegando denúncia anônima. No local, encontrou entorpecentes e prendeu os ocupantes. A defesa requer o reconhecimento da ilicitude das provas.
Diante da situação, é correto afirmar que:

A) As provas são válidas, pois a denúncia anônima autoriza o ingresso em domicílio.
B) A entrada sem mandado é válida quando o acusado é reincidente.
C) O consentimento do morador, para validar o ingresso de agentes estatais em sua casa e a busca e apreensão de objetos relacionados ao crime, precisa ser voluntário e livre de qualquer tipo de constrangimento ou coação.
D As provas são lícitas, pois estavam em flagrante delito, o que dispensa mandado judicial.
E) As provas são válidas, pois a denúncia anônima afasta a exigência de autorização judicial.

57. Ellie foi vítima de lesão corporal leve praticada por seu companheiro, com quem vive há cinco anos. Após registro policial, o Ministério Público ofereceu denúncia mesmo sem representação formal de Ellie, que se manifestou contrária à persecução penal. Sobre o caso, é correto afirmar que:

A) A ação penal depende de representação da vítima, e o MP não poderia denunciar sem ela.
B) Trata-se de ação penal privada, sendo necessária queixa-crime.
C) O Ministério Público pode prosseguir, pois trata-se de ação penal pública condicionada à representação.
D) A ação penal é pública incondicionada nos casos de violência doméstica contra a mulher.
E) O juiz deve arquivar os autos se a vítima não comparecer em juízo.

58. Shelby foi absolvida por negativa de autoria em processo por furto simples. Posteriormente, foi ajuizada ação civil de indenização pelos danos causados à vítima do furto.
A sentença penal absolutória produzirá que efeito na esfera cível?

A) Nenhum efeito, pois a sentença penal não interfere no juízo cível.
B) Impede apenas a discussão sobre a autoria do fato.
C) Faz coisa julgada apenas se absolver por ausência de prova.
D) Impede a responsabilização cível, pois a sentença reconheceu que Shelby não cometeu o fato.
E) Permite a indenização, pois o fato foi reconhecido como ocorrido.

59. Durante a investigação de organização criminosa voltada ao tráfico de drogas, a

autoridade policial requereu interceptação telefônica de um dos investigados, que foi autorizada judicialmente por 15 dias. Após esse prazo, as interceptações continuaram a ser realizadas por mais 10 dias, sem nova autorização judicial. Com base nas conversas captadas nesse período, foram feitas novas prisões e apreensões de drogas.
Considerando os dados acima, assinale a alternativa correta:

A) As provas obtidas após o prazo autorizado judicialmente são válidas, pois a continuidade da escuta é presumidamente necessária.
B) A interceptação telefônica só pode ocorrer dentro do prazo judicialmente fixado, salvo prorrogação expressa.
C) A interceptação é válida, desde que homologada pelo juiz posteriormente, mesmo sem prévia autorização.
D) Somente seria admitida a interceptação se o fato investigado constituísse infração penal punida com detenção.
E) A interceptação só seria ilegal se não tivesse sido requerida pela autoridade policial ou pelo Ministério Público.

60. Em uma ação penal por roubo majorado, o juiz, ao proferir a sentença condenatória, fundamentou sua decisão em elementos informativos colhidos exclusivamente durante o inquérito policial, como o reconhecimento fotográfico da vítima e o interrogatório informal do acusado. Durante a instrução processual, a vítima foi intimada, mas não compareceu, e o acusado permaneceu em silêncio. A defesa, na fase de memoriais, requereu a nulidade da sentença por ofensa ao contraditório e à ampla defesa.
Com base nessa situação, assinale a alternativa correta:

A) A sentença é válida, pois o inquérito policial pode ser usado como única prova em casos de silêncio do acusado.
B) A sentença é nula, pois não se pode fundamentar a condenação exclusivamente em elementos colhidos na fase inquisitorial.
C) A sentença é válida, já que a vítima foi regularmente intimada e o acusado exerceu seu direito ao silêncio.
D) A sentença é nula apenas se o réu provar que teria se defendido melhor caso as provas tivessem sido colhidas em juízo.
E) A sentença é válida se o juiz tiver certeza da autoria, independentemente da origem das provas.